

HABEAS CORPUS Nº 515.434 - PE (2019/0168176-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABRIEL GONÇALVES LEITE - PE029771
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : BRUNO ALVES (PRESO)

EMENTA

PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA. DOSIMETRIA DA PENA. PERCENTUAL DE REDUÇÃO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA NO SENTIDO DA APLICAÇÃO DE 1/6. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. PENA DE MULTA QUE DEVE MANTER PROPORCIONALIDADE COM A PRIVATIVA DE LIBERDADE. CONCESSÃO DE ORDEM DE OFÍCIO.

Ordem concedida liminarmente e de ofício nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Bruno Alves** – condenado, como incurso no crime de roubo circunstanciado, às penas de 8 anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 800 dias-multa –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Pernambuco, que deu parcial provimento à apelação defensiva, para redimensionar a pena-base e alterar o regime inicial de cumprimento da pena ao semiaberto, mantendo, no mais, a condenação imposta pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Paulista/PE (Ação Penal n. 2548-66.2009.8.17.1090).

Alega a impetrante, em síntese, que *está consolidado, no plano jurisprudencial, o entendimento de que, reconhecida a atenuante, o magistrado, caso adote fração distinta de 1/6 (um sexto), deve justificar concretamente o porquê da sua escolha* (fl. 2).

Postula, então, a concessão da ordem nos termos apresentados.

É o relatório.

A ordem merece concessão, inclusive em caráter liminar.

Com efeito, o Magistrado singular, corroborado pelo Tribunal de origem (fl. 317), ao dosar a reprimenda imposta ao paciente, reduziu na segunda fase, em razão da atenuante da confissão espontânea, em 6 meses, sem justificar o porquê da redução em patamar inferior a 1/6 (fl. 236).

Ocorre que este Superior Tribunal tem entendimento no sentido de que *os percentuais relacionados às circunstâncias previstas na segunda fase da dosimetria da pena não encontrem limites expressos no Código Penal, incumbindo, discricionariamente, ao órgão julgador a sua eleição, esse deverá pautar sua valoração pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade*, devendo ser aplicada a fração de 1/6, na falta de argumentos que justifiquem patamar inferior (HC n. 437.157/RJ, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 20/4/2018).

Redimensionando-se a reprimenda imposta ao paciente, temos:

Mantida a pena-base em 4 anos e 9 meses de reclusão, na segunda etapa, reduzo em 1/6, em razão da atenuante da confissão espontânea, resultando a pena em 3 anos, 11 meses e 15 dias de reclusão. Na terceira etapa, exaspero em 1/3, em razão das majorantes do crime de roubo, ficando a reprimenda em **5 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão**, a qual torno definitiva, em razão da ausência de outras causas de aumento e de diminuição de pena.

Em relação à pena de multa, verifico desproporcionalidade no que se refere à pena privativa de liberdade, razão pela qual também a readequo.

Assim, na primeira etapa, fixo a pena em 11 dias-multa. Na segunda etapa, diminuo em 1/6, ficando em 10 dias-multa. Por fim, exaspero em 1/3, ficando em 13 dias-multa.

Mantenho o regime inicial semiaberto aplicado pelo Tribunal *a quo*.

Em face do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para aplicar o percentual da atenuante da confissão espontânea em 1/6, resultando a reprimenda definitiva em 5 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, mantido o regime inicial semiaberto. **De ofício, concedo** a ordem para readequar a pena de multa, resultando em 13

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

dias-multa a serem calculados no percentual aplicado pelas instâncias ordinárias na Ação Penal n. 2548-66.2009.8.17.1090 – 2ª Vara Criminal da comarca de Paulista/PE.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

